



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT
19ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Local: Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 2368, sala 101, Edifício Top Tower, bairro Jardim Aclimação.
CUIABÁ-MT, 20 DE JULHO DE 2013.

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA

1 **Início:** 08h30m

2 **Término:** 12h20m

3 **1. PRESENÇAS:**

4 **1.1. MEMBROS DO CAU/MT:** Presidente em exercício: RITA DE CÁSSIA O. CHILETTO; Diretora
5 Financeira e Conselheira Titular: ANA RITA MACIEL RIBEIRO; Conselheiro Titular: SÉRGIO SILVA DOS
6 SANTOS; Conselheiro Titular: ÉDER BISPO SANTOS; Conselheiro Titular: NICÁCIO LEMES DE
7 ALMEIDA JUNIOR; Conselheiro Titular: LUCIANO NAREZI; Conselheiro Titular em exercício: GERALDO
8 AUGUSTO P. DE SOUZA; Conselheira Suplente no exercício da Titularidade: DORIANE AZEVEDO;
9 Conselheiro Suplente: ALTAIR MEDEIROS; Conselheira Suplente: CARMEM AMARAL; Conselheira
10 Suplente: FABÍOLA FÁTIMA MARTINO. **1.2 MEMBROS DO CAU/BR:** Conselheiro Federal: EDUARDO
11 CHILETTO; Conselheira Federal Suplente: ANA DE CÁSSIA ABDALLA. **1.3 EQUIPE DO CAU/MT:**
12 Assessora Contábil SILVIA ROSSINI; Assessor Jurídico RODOLFO RIBEIRO; Assessora Técnica:
13 JANDIRA MARIA PEDROLLO **2. ABERTURA DOS TRABALHOS:** Às 08h30min, após a verificação de
14 quorum, a presidente em exercício RITA cumprimenta os conselheiros e demais presentes. Coloca o
15 primeiro item em pauta, a ata da 14ª reunião plenária, discutida na reunião anterior porém ainda não
16 aprovada. Pelo fato do texto ter sido encaminhado anteriormente aos conselheiros para análise, solicita
17 que se ainda houver destaques pendentes que sejam feitos nessa ocasião. O conselheiro SÉRGIO
18 solicita que a ata da referida reunião seja transcrita pois a reunião abordou assuntos polêmicos, solicita
19 ainda a definição de prazo para a apresentação da transcrição. A presidente RITA pontua que sendo ata
20 transcrita não há a necessidade de submeter à plenária e passa para os COMUNICADOS. Disponibiliza
21 três minutos aos três coordenadores das comissões para os informes e comunicados sobre o andamento
22 das mesmas e para os destaques. O conselheiro NICÁCIO sugere que se inicie pelo cronograma das
23 reuniões das comissões no que é atendido. Porém, anteriormente apresenta a assessora parlamentar do
24 CAU/MT, a arquiteta JANDIRA MARIA PEDROLLO, a qual terá como atribuição a busca pela parceria
25 tanto com o legislativo municipal quanto com o estadual, no sentido de identificar questões anteriormente
26 a sua concretização, e ainda, divulgar a atuação do CAU, principalmente na valorização da atuação dos
27 profissionais. A seguir, acatando a sugestão do conselheiro NICÁCIO, a coordenadora da Comissão de
28 Atos Administrativos e Finanças, conselheira e presidente em exercício RITA CHILETTO inicia seu relato.
29 Fala que os processos mais relevantes são os referentes à apreciação dos balancetes que desde janeiro
30 não são aprovados e como condutora da mesa propõe ações para agilizar os trâmites. Ressalta que os
31 prazos devem ser respeitados, conforme o regimento determina, que em geral os processos são simples
32 e que buscam a cada reunião normatizar os procedimentos. A seguir passa a palavra ao coordenador da
33 Comissão de Ética e Disciplina, conselheiro LUCIANO. Segundo ele há uma grande lacuna na Comissão
34 em função da não aprovação do Código de Ética pelo CAU/BR. Relata que esteve no último seminário
35 em Brasília, no dia da reunião plenária do CAU/MT, e que participou juntamente com o pessoal do
36 CAU/SP com sugestões e contribuições para a elaboração do documento que, em uma previsão otimista,
37 só será aprovado entre os dias 5, 6 de setembro. Diz ainda que outras contribuições deverão ser
38 encaminhadas aos conselheiros federais, através da minuta 7.1 que se encontra à disposição no site do
39 CAU/BR. Informa ter solicitado à Secretária Geral do CAU/MT, Geyze, o encaminhamento da minuta aos
40 demais conselheiros e que os interessados em contribuir deverão direcionar as sugestões ao conselheiro
41 Eduardo Chiletto. Referente aos processos oriundos do Crea, a orientação é enviar ofício aos
42 interessados pelos processos buscando saber se esses tem interesse em dar andamento, muitos não
43 tiveram prosseguimento e possuem erros, além da perda de prazos. Diz ser necessário começar esses
44 processos do início se os interessados quiserem dar andamento. A orientação dada à gerente técnica
45 Amanda é fazer nova distribuição. Informa ainda que quanto aos processos CAU, não há como julgar, o
46 Napoleão foi claro quanto a isso, é necessária a aprovação do Código de Ética para posteriormente
47 exercer o julgamento na Comissão de Ética. O conselheiro LUCIANO relata ainda que não pôde estar
48 presente em Brasília na plenária do CAU/BR onde foi discutido o Código de Ética, porém assistiu *on line*
49 boa parte da explanação e do debate. O conselheiro conclui apontando a facilidade da participação nas
50 plenárias do CAU/BR por estarem sendo discutidas ao vivo. A seguir a presidente RITA passa a palavra
51 ao conselheiro NICÁCIO da Comissão de Exercício Profissional, Ensino e Formação. O conselheiro
52 NICÁCIO refere-se a reunião do dia anterior informando que foram definidos alguns pontos da pauta, o
53 primeiro, sobre o setor de fiscalização. Conheceram oficialmente o novo fiscal e trocaram ideias sobre os

54 processos que devem ser revisados ou complementados e que auxiliará no processamento desses,
55 baseado nisso será traçado um Plano de Ação para a fiscalização. Solicita o agendamento de reunião
56 extraordinária da Comissão para o dia 2 de agosto, pois entende que deve ser submetida à aprovação da
57 plenária pelo fato de ser extraordinária. A presidente RITA confirma que deve ser colocada a proposta em
58 votação. O conselheiro NICÁSSIO esclarece que a proposta é a realização de reunião extraordinária da
59 Comissão de Exercício Profissional, Ensino e Formação, no dia 2 de agosto, para debater o tema
60 específico, Fiscalização. Destaca a necessidade do Plano de Fiscalização para atuar na orientação e
61 desenvolvimento do trabalho do fiscal, apontando diretrizes para isso. Informa que solicitou à fiscalização
62 que “coisas” extraordinárias fossem realizadas somente após a reunião, inclusive viagens, por isso
63 solicitou a reunião extraordinária. O conselheiro GERALDO solicita esclarecimento sobre a proposta. A
64 presidente RITA esclarece que se trata da elaboração do Plano de Fiscalização e solicita ao conselheiro
65 federal EDUARDO CHILLETTO esclarecimentos sobre o Plano, se caberia a fiscalização vinculada à
66 comissão, pois conversou no CAU/BR e ficou com dúvidas do funcionamento em Brasília. O conselheiro
67 EDUARDO diz ser importante o Plano de Fiscalização vir da comissão, ser discutido e debatido, após ir
68 ao pleno e tornar a ser debatido para agregar novas contribuições e posteriormente ser aprovado e
69 implementado. Entende como essencial vir da Comissão. A presidente RITA informa que a próxima
70 plenária está prevista para 17 de agosto e que a reunião extraordinária foi proposta para 2 de agosto,
71 portanto propõe que as deliberações do dia 2 ao dia 11, período de nove dias, sejam encaminhadas com
72 antecedência aos conselheiros para o encaminhamento à próxima plenária para debate e esclarecimento
73 de dúvidas. O Conselheiro NICÁCIO aprova a proposta. A Presidente RITA coloca em VOTAÇÃO a
74 proposta do conselheiro NICÁCIO. Realização de reunião extraordinária da Comissão de Ensino,
75 Formação e Exercício Profissional para a elaboração do Plano de Fiscalização e seu encaminhamento,
76 com antecedência mínima de 7 dias, para conhecimento e contribuições na próxima plenária dia 17. A
77 proposta foi aprovada por unanimidade e fica decidida a realização da reunião extraordinária no dia 02 de
78 agosto para a discussão do Plano de Fiscalização. O conselheiro EDER pede a palavra e observa a
79 importância dos coordenadores apresentarem ao menos o escopo de um plano. Com relação ao trabalho
80 das comissões, informa que não recebeu o planejamento por parte dos coordenadores, o que dificulta o
81 desenvolvimento do trabalho. Sugestão que os coordenadores encaminhem aos integrantes da comissão
82 a relação dos processos e dos procedimentos. Propõe a elaboração de um plano de ação; de relatório dos
83 processos existentes em cada comissão para a verificação da demanda, e que os mesmos tenham uma
84 sequência numérica para não haver privilégios. Diz ainda considerar importante que coordenadores, ao
85 participar de reuniões em Brasília, levem as sugestões do plenário para que não seja transmitida apenas
86 opinião pessoal do coordenador que os representa. Propõe que esse, ao participar da reunião,
87 independente do que fale no plenário, entregue um documento no CAU/BR, pois sem formalidade não
88 existe organização. Exemplifica sua sugestão quanto ao Código de Ética, a definição clara e objetiva do
89 que é arquitetura, do que é urbanismo, mas que é sugestão dele, que ele fez em plenária. Entende que
90 deveria ser levado não como sugestão do coordenador, mas como contribuição do conselheiro, entende
91 tratar-se de direito autoral, que precisa ficar claro quem está sugerindo e qual o trabalho que o
92 conselheiro presta para o conselho. Diz ainda haver contribuições muito valorosas e que essas tem que
93 ser muito claras pois são registro histórico. Sugere ter nas comissões um formulário de sugestões, o
94 conselheiro preenche o formulário, entrega e fica protocolado ali as sugestões de cada conselheiro, até
95 para avaliar a participação desse em cada comissão. Considera essas questões em relação as
96 comissões importantes para ele. A presidente RITA toma a palavra e fala sobre o Plano de Ação, na
97 qualidade de membro de uma das comissões. Diz entender que pode ser feito o escopo pelos
98 coordenadores mas pelo perfil das comissões e como estão fazendo na Comissão de Ensino, Formação
99 e Exercício Profissional, ele será definido e acordado na própria reunião. Referente a numeração dos
100 processos é uma característica administrativa que deve ser feita, lembra que por vezes não há como
101 seguir a numeração considerando que existem processos importantes que podem entrar fora de
102 sequência, isso vai depender de critérios dos coordenadores e com o que sua comissão deliberar. Diz
103 ainda que não se deve prender a números sequenciais, que é importante para a organização, porém
104 lembra que pode acontecer de um processo ter prioridade pelo seu tema ou pela motivação e crê que é
105 isso que terá que ser feito para organizar o andamento das comissões e colocar em dia o trabalho de
106 todos os conselheiros, em relação aos pareceres e as análises a serem feitas. A seguir a presidente RITA
107 passa a palavra à conselheira DORIANE. A conselheira DORIANE diz recordar o momento em que o
108 CAU contratou pela primeira vez um técnico de fiscalização, sendo o conselheiro SÉRGIO o grande
109 incentivador para a elaboração do Plano de Fiscalização. Diz ainda que além do Plano de Fiscalização, a
110 comissão também irá adquirir experiência e poderá repassar às outras comissões, para fazer esse outro
111 plano, que não o de Fiscalização, mas o da Comissão como um todo. Diz concordar com a presidente
112 RITA e com o conselheiro EDER em relação ao controle dos processos, que o conselheiro EDER já havia
113 sugerido anteriormente com relação às votações, porém diz não saber se vinga aqui, com relação aos
114 votos, à ficha, quem vota o que. A presidente RITA diz que ainda é utilizada a ficha e que acha importante
115 manter, porém o conselheiro EDER discorda, fala que foi utilizada apenas uma vez. A presidente RITA
116 contesta e diz ter fichas com nomes e assinaturas. O conselheiro LUCIANO solicita a palavra e faz
117 comentário sobre a reunião ocorrida no dia anterior, da Comissão de Ensino, Formação e Exercício
118 Profissional. Relata que não havia assessoria e que sem essa não tem como realizar reunião de
119 comissão. Não foi disponibilizado pessoal para redigir ata com a alegação de que não haviam sido
120 convocados, diz ainda que anteriormente não havia convocação e sempre solicitaram que quando

121 houvesse reunião da Ética não fariam sem a presença da assessoria jurídica, sem alguém de ata, e
122 ontem não havia ninguém. Tanto a Amanda como o fiscal alegaram a não convocação e o conselheiro
123 entende que a convocação tem que ser automática. Fala ao conselheiro EDER, que na época da gestão
124 dele da Comissão de Ética também não tinha nada disso, não havia número de processo. Relata ainda
125 que, sobre a Comissão de Ética e Disciplina Profissional, dos seis seminários regionais, o CAU/MT
126 participou apenas de um, do último, a partir daquele em que foi eleito e se interessou a participar,
127 posteriormente participou do seminário nacional. Sobre os outros cinco seminários, o CAU/MT não
128 participou, porque à época o coordenador ÉDER não comunicou. O conselheiro ÉDER pede a palavra
129 para esclarecimento pois foi citado. Refere-se à Comissão de Ética e Disciplina Profissional à época em
130 que foi coordenador. Cita a participação da conselheira DORIANE na comissão, diz que olharam todos os
131 processos, definiram forma de trabalho, até um limite que não havia mais encaminhamento. Os
132 processos tinham problemas de montagem, de organização em relação a legislação, entre outros, e diz
133 que estar tranquilo com relação à coordenação. Contesta que como coordenador abria para todos, todos
134 conversavam, discutiam, em nenhum momento foi coordenador efetivamente, usar a palavra coordenador
135 apenas por questão pessoal. O conselheiro SÉRGIO pede a palavra pois foi citado pelo conselheiro
136 LUCIANO, e solicita ao conselheiro LUCIANO que cite os processos em que pediu vistas. Diz ainda que
137 não tenta emperrar, que está pedindo a transcrição de uma reunião conturbada, problemática, a da sua
138 destituição e da destituição do conselheiro NICÁCIO, as duas únicas que pediu vistas. A presidente RITA
139 esclarece que essa ata não é a da destituição dos conselheiros SÉRGIO e NICÁCIO, diz ser de fevereiro,
140 e orienta que primeiramente leiam as atas e os conteúdos. Por esse motivo não foram encaminhadas as
141 outras atas, não houve tempo hábil para encaminhá-las anteriormente para análise dos conselheiros.
142 Lembra novamente que a ata em análise já havia sido apreciada na plenária passada e que apenas seria
143 necessária a transcrição de alguns trechos. Na ocasião todos concordaram e que reapresentava apenas
144 para mostrar que estava transcrita e que o restante do documento já havia sido analisado em conjunto na
145 reunião passada. Solicita mais atenção dos conselheiros ao conteúdo e informa que a partir de agora as
146 atas problemáticas serão transcritas *ipsis litteris*, para a segurança de todos. Ressalta que mesmo não
147 sendo, o conselheiro tem o direito de questionar e as gravações disponíveis para dirimir dúvidas. A seguir
148 passa a palavra ao conselheiro EDUARDO, dizendo anteriormente que a seguir retoma, aprova a ata,
149 aprecia e se alguém ainda tiver algum destaque, que tenha trazido da reunião passada, que o faça. Caso
150 contrário solicita a sua aprovação pois diz haver o acúmulo deles para aprovação diz ainda haver o
151 acúmulo de processos por questões de vistas, muitas vezes devido a equívocos.. O conselheiro
152 EDUARDO solicita apenas esclarecimento sobre o ponto da pauta se encontram, da ata ou dos
153 comunicados. A presidente RITA esclarece que fizeram a verificação de quorum, estavam na aprovação
154 da ata anterior, da 14ª e não 18ª, passaram para o terceiro item, comunicados, primeiro das comissões e
155 estavam chegando aos comunicados do CAU/BR, contudo pede a autorização para depois dos
156 comunicados retornar a ata para aprovação. O conselheiro NICÁCIO esclarece à presidente RITA que
157 também havia entendido mal a questão da ata, que havia entendido ser em relação à última plenária. O
158 conselheiro EDUARDO retoma a palavra e diz ser as questões de planejamento fundamentais. Que uma
159 das primeiras coisas solicitadas aos coordenadores quando assumem é a apresentação ao presidente do
160 planejamento de cada coordenação, para que possa, no decorrer do ano, saber quais as resoluções e
161 propostas virão de cada comissão e o executivo poder fazer um planejamento, e posteriormente
162 disponibilizar à plenária para aprovação. Considera o que o conselheiro EDER colocou como
163 importantíssimo e fundamental para que o conselho possa caminhar de forma mais tranquila, em cima de
164 um planejamento. Isso não quer dizer que no meio do caminho não possa haver mudanças, pois
165 mudanças sempre haverá pelo que acontece no meio político que vive a arquitetura e o urbanismo. Diz
166 considerar a pauta da plenária um pouco curta, concisa demais, e dá como sugestão a criação de um
167 item chamado extrato de correspondências. Sugere uma tabela com a relação das correspondências
168 recebidas e emitidas pela presidência, com o objetivo dos conselheiros tomarem conhecimento do que
169 ocorre no Conselho. Uma tabela com o protocolo, para quem foi, como está o trâmite, necessitando de
170 mais detalhes diretamente no CAU. Faz uma crítica que considera construtiva, diz ser importante o CAU
171 ter um Norte, por vezes é sentida uma briga interna entre os conselheiros que não vai levar ao
172 crescimento do exercício da profissão. Em uma discussão maior, que envolve ensino e formação, que é a
173 base do exercício da nossa profissão, o CAU tem duas linhas claras, está inclusive na lei, a obrigação de
174 ter uma Comissão de Ensino, a única comissão obrigatória. A base está no ensino e o exercício é refletido
175 em cima de um ensino, se o ensino é ruim teremos o exercício profissional ruim, então o CAU tem que
176 trabalhar o ensino, a formação e o exercício, tudo isso ligado a fiscalização. O problema é nacional. Há
177 uma sugestão do conselheiro coordenador da Ética do CAU/BR em fazer uma resolução que os CAUs
178 passem mensalmente a relação de como estão os trâmites dos processos éticos. O conselheiro
179 EDUARDO fala ainda sobre o que estão sentindo em relação a fiscalização no Brasil inteiro, fiscalização
180 não atuante e as queixas vão direto para o CAU/BR em vez ir para os CAUs estaduais, o que diz ser um
181 erro. A seguir o conselheiro EDUARDO dá os informes do CAU/BR, fala da importância em colocar a
182 Resolução 51 que acabaram de tratar no CAU/BR e diz que certamente será judicializada, da mesma
183 forma que a Resolução 21. Fala que o Confea havia entrado com uma ação contra a 21 e o juiz deu
184 parecer favorável, na realidade a Resolução 21 esmiúça todas as atribuições que estão definidas por lei
185 e a Justiça determinou que o CAU tinha total autonomia. Explica que a Resolução 51 é a que define as
186 atribuições exclusivas e foram feitas com base nas diretrizes nacionais curriculares. Diz que a Comissão
187 de Ensino, Formação e Exercício Profissional do CAU pegou as diretrizes curriculares das engenharias,

188 da arquitetura, inclusive o histórico, estudou e constatou que o que foi colocado como projeto de
189 arquitetura, projeto de urbanismo, restauração, enfim, tudo o que está lá, as engenharias e a agronomia
190 não tinham competência e habilidade para fazer, pois não estavam inseridas nas diretrizes. Diz ter havido
191 confusão com o entendimento da Resolução 51 por parte de alguns profissionais por entenderem que
192 não poderiam mais fazer obras, o que ele esclarece, a Resolução 21 é a que diz o que se pode fazer e a
193 Resolução 51 só as atribuições privativas. O conselheiro EDUARDO coloca outra questão que trouxe
194 para efeito de conhecimento. A criação em plenária, no dia 7 de junho, de comissão técnica entre o
195 CAU/BR e a Ordem dos Arquitetos de Portugal, para apresentar proposta de acordo de reciprocidade
196 para o exercício profissional. Diz ser um “querer dos arquitetos portugueses” de virem atuar aqui, e que
197 temos essa reciprocidade a nível federal. Fala da criação da comissão técnica em que o coordenador da
198 Comissão de Ensino é o coordenador dessa comissão técnica, portanto diz estar coordenando-a. A seguir
199 lê os programas e projetos que estão dentro do protocolo de colaboração e que precisam ser analisados:
200 atividades no domínio da arquitetura e nos âmbitos da profissão do arquiteto e urbanista; atividades em
201 outros domínios e âmbitos considerados afins ou relevantes para a arquitetura e para a profissão do
202 arquiteto e urbanista; atividades de estudo sobre reciprocidade das condições de admissão e registro e
203 da regulação da profissão de arquiteto e urbanista no CAU e na ordem dos arquitetos portugueses, de
204 acordo com a legislação vigente; atividades de valorização e qualificação da profissão de arquiteto e
205 urbanista; atividades de promoção da arquitetura e da profissão de arquiteto e urbanista; atividades de
206 intercâmbio cultural, científico e técnico; atividades no âmbito do conselho internacional de arquitetos de
207 língua portuguesa (Cialp) e de outras redes internacionais de arquitetos e urbanistas; benefícios
208 socioprofissionais; acesso a centros de rede de conhecimento e formação; a análise das condições de
209 práticas profissionais nos países partes, visando prevenir a irregularidade e o exercício ilegal da
210 profissão; organização de serviços à comunidade e outros programas, projetos e ações que contribuam
211 para a consecução dos objetivos de ambas as partes. O conselheiro diz ser esse um protocolo de
212 colaboração já assinado entre o CAU/BR e a Ordem dos Arquitetos do Brasil. Explica que a primeira
213 reunião foi semana retrasada, via skype, para se conhecerem e que terça-feira próxima acontecerá outra
214 reunião para analisar os normativos. Diz que foram enviados os normativos de Portugal e enviamos os
215 nossos a eles, e a partir daí deve começar uma discussão o trato acontecerá. A presidente RITA agradece
216 e passa a palavra ao conselheiro EDER. O conselheiro EDER diz achar importante a presença do
217 conselheiro EDUARDO devido ao cargo desse no CAU/BR e entende que aproveita-se muito pouco a
218 possibilidade de levar algumas ideias e discussões. Solicita ao conselheiro EDUARDO a realização de
219 um trabalho mais próximo entre a Comissão de Ensino, Formação e Exercício Profissional e o CAU/BR.
220 Diz ainda ter recebido esse ano uns quinze curriculum de arquitetos estrangeiros solicitando trabalho e
221 observa a qualidade do trabalho. Fala sentir o distanciamento entre o ensino da arquitetura no Brasil e o
222 ensino de arquitetura fora do país. Entende que esse distanciamento levou ao empobrecimento da
223 qualidade do trabalho prestado e o empobrecimento da discussão da arquitetura. O conselheiro
224 EDUARDO solicita novamente a palavra para complementação da sua fala, a realização de seminários
225 regionais, referentes a revisão das diretrizes curriculares da arquitetura. Diz ser as diretrizes curriculares
226 a base do ensino de arquitetura. Diz que ocorreram problemas sérios com relação as diretrizes de 2010,
227 mais recentes; a de 2006 é razoavelmente boa e se refere à carta da UEA/Unesco, editada em 2011,
228 sobre as diretrizes para o curso de arquitetura e urbanismo, cita a criação do CAU, tudo isso depois de
229 2010. Por isso diz ser necessário rediscutir as diretrizes. Fala da realização de três seminários regionais,
230 pretendiam fazer cinco, por questões financeiras optaram por três, o do Centro Oeste e Norte será
231 realizado em Brasília, pois é o centro; outro, na próxima semana, em João Pessoa e o terceiro, da região
232 sul e sudeste, no Rio de Janeiro. Ressalta não ser responsável pela interlocução com as Comissão de
233 Ensino, Formação e Exercício Profissional (CEF), que pode se comunicar com o presidente e com o as
234 Instituições de Ensino Superior (IES) diretamente, mas não pode se comunicar com as Comissões de
235 Ensino e Formação diretamente. Diz termos um conselheiro eleito pela IES que legalmente é o
236 responsável pela interlocução com as CEFs. Está averiguando junto ao CAU/BR como tratar isso, pois é
237 um grande problema. Fora essa questão, diz ter solicitado ao presidente CLAUDIO para que conversasse
238 com conselheiro NICÁCIO, coordenador da Comissão de Ensino, Formação e Exercício Profissional a
239 respeito da realização de seminário local. Uma discussão entre formação acadêmica, que inclui a prática
240 profissional, as diretrizes curriculares nossas atuais, e a carta da OEA, uma discussão para que Mato
241 Grosso leve uma contribuição consistente, discussão entre as partes que envolvam todas as IES, todos
242 os coordenadores, os professores, os acadêmicos, que são importantes dentro desse processo. Sugere a
243 Universidade Federal para a realização do encontro e assim o resultado dessa discussão poderá ser
244 levado como uma contribuição mais efetiva de Mato Grosso. A seguir a presidente RITA retoma a palavra
245 e reapresenta a ata a ser submetida à apreciação pela plenária. Informa que os destaque em amarelo foi
246 ela mesma que fez, não houve destaque de conselheiros presentes. Que são basicamente três textos
247 onde coloca a fala dela, de advertência genérica, outras alterações foram correções de português. Não
248 houve outra alteração que não fosse ajuste de concordância verbal, nominal e acentuação. Coloca a ata
249 da 14ª reunião plenária em regime de votação e submete-a a aprovação. Lembra a todos que a qualquer
250 momento existe uma gravação para retificar ou ratificar opiniões colocadas e que na reunião passada não
251 houve destaque além dos dela. O conselheiro EDER manifesta-se contrário a aprovação por entender
252 haver dificuldades em relação as atas. Diz serem longas as plenárias e que as discussões se perdem em
253 questões irrelevantes. Relata que muita coisa aconteceu naquele dia que para ele foi muito
254 desagradável. Diz ter recebido a ata da 18ª reunião e vê uma clara manipulação. Diz entender que a ata

255 deve ser sucinta, objetiva, relatar o que realmente aconteceu e propõe a utilização de sistema de
256 taquigrafia. Fala ainda não aprovar a ata porque há questões que considera importante, que tem direito
257 de achar que são importante e tem o direito querer que sejam colocadas da maneira como ele fala, como
258 se expressa. Entende que as atas não refletem a realidade do que acontece nas reuniões, não apenas
259 essa mas todas as outras. Propõe que se estabeleça um padrão de ata ou que discutam de forma mais
260 objetiva nas reuniões. Diz ainda que se a presidente quiser que ele faça alguma observação, pode fazer
261 por escrito e anexar à ata, que fará um relato e anexará à ata para que fique registrado na história do
262 Conselho. A presidente RITA retoma a palavra e esclarece que estavam em regime de votação e que o
263 conselheiro EDER apresentou voto contrário e que a ata foi aprovada exceto com um voto contrário, o do
264 conselheiro. A conselheira DORIANE toma a palavra e diz que vários conselhos disponibilizam não
265 apenas as transcrições das atas mas também as gravações, entende que esse procedimento evita
266 inclusive a situação relatada. A presidente RITA diz ser uma das poucas pessoas que lê as atas e tem se
267 manifestado em todas as plenárias a respeito. Lembra que já houveram discussões sobre como seriam
268 feitas, uma vez de forma objetiva, mais sucinta, outra vez, transcrição. Percebe que quando acontecem
269 fatos mais relevantes é necessária a transcrição para dar mais segurança. Informa que não foram
270 encaminhadas as outras atas pois não houve tempo hábil e acredita que nenhum conselheiro chegará à
271 reunião para ler a ata na hora e aprovar. Diz ser necessário tempo para ler antes e analisar se foi
272 contemplado ou não, não tendo sido contemplado, tem o direito de pedir a gravação, porém é necessária
273 a leitura antes da reunião para poder apontar destaques. O conselheiro SÉRGIO solicita que seja
274 entregue o áudio para cada conselheiro, diz ficar constrangido em solicitar e entende que deve chegar à
275 plenária e receber os CDs com as atas. A presidente RITA esclarece que as atas são encaminhadas com
276 antecedência e o conselheiro deve ler anteriormente à plenária. Porém que é possível repassar o áudio
277 por meio do skydrive, que por CD haveria um custo para o CAU. Como sugestão o conselheiro LUCIANO
278 propõe que a cada reunião plenária seja entregue o áudio da reunião anterior, propõe ainda que cada um
279 traga um pendrive e grave o áudio. A seguir a presidente RITA inicia o encaminhamento dos
280 COMUNICADOS da Presidência, inicialmente sobre o Morar Mais, porém é interrompida pelo
281 conselheiro SÉRGIO com o questionamento sobre a pauta, que é a apreciação apenas de uma ata e que
282 a ata da destituição do vice-presidente está pronta. A presidente RITA esclarece que a ata referida pelo
283 conselheiro é a 18ª e que tem a 15ª, 16ª e a 17ª, se apresentar fora da sequência os conselheiros a
284 criticariam e que essas não ficaram prontas em tempo de enviá-las para a leitura porém pretende
285 organizá-las e enviar em tempo hábil para que sejam lidas e aprovadas na próxima reunião. O
286 conselheiro SÉRGIO diz não estar sabendo que era essa a ata, pensava ser a da destituição do
287 conselheiro. A seguir a presidente RITA passa aos INFORMES da Presidência. Relata que conforme
288 informações do presidente CLÁUDIO está sendo conduzido o debate para o Morar Mais. Foram definidas
289 duas datas para as palestras, dias 16 e 30 de setembro. Participaram das discussões os conselheiros
290 LIBÂNIO, CÁSSIA e HIGOR, juntamente com o presidente CLÁUDIO. Foram sugeridos dois temas “O
291 arquiteto empreendedor”, para apresentar a figura de um arquiteto de sucesso com projetos. Pelo
292 conselheiro HIGOR foi sugerida uma palestra do arquiteto Guilherme Takeda. Arquiteto paisagista do Rio
293 Grande do Sul com trabalhos em vinte e dois estados da federação e professor ligado à academia. A
294 qualidade dos seus trabalhos e a dinâmica com que ele atua o coloca na posição um arquiteto
295 empreendedor. Para a segunda palestra foi sugerido “As edificações como laboratório de práticas
296 sustentáveis”, a ser apresentada por dois palestrantes, um arquiteto que propõe uma edificação
297 laboratório com todas essas possibilidades de tecnologia sustentável, juntamente com o usuário dessa
298 edificação. Para tanto foi sugerido o arquiteto José Afonso Portocarrero, que é um arquiteto nosso, com o
299 projeto do Sebrae, juntamente com um usuário que entende do tema, que trabalha e discute sobre o
300 assunto, a engenhaira Suene. A seguir submete a aprovação da plenária. O conselheiro LUCIANO pede a
301 palavra e diz que ontem, na reunião de Comissão de Ensino, Formação e Exercício Profissional, ao
302 abordarem o tema Morar Mais estavam mais preocupados que a participação do CAU/MT fosse mais
303 institucional. Vê a oportunidade de colocar em pauta a Resolução 51, que é polêmica e o Código de
304 Ética, mesmo que em minuta. Acha mais importante a participação institucional do que a participação
305 pessoal, de trazer o arquiteto empreendedor. Diz estarmos numa grande discussão do Morar Mais que é
306 a questão dos designers. Diz ainda que tomou a liberdade de falar em nome do coordenador e que
307 precisamos ser muito claros. Indaga qual a função do CAU/MT no Morar Mais? Diz ser principalmente a
308 fiscalização do evento. Se todo o ambiente tem um arquiteto, caso contrário é exercício ilegal da
309 profissão de acordo com a Resolução 51. Cita que entrariamos em atrito com os engenheiros civis e com
310 os designers de interiores e que essa é a oportunidade de falarmos sobre esse tema o qual coloca como
311 proposta. O conselheiro EDER toma a palavra e diz concordar com o conselheiro LUCIANO que a
312 participação tem que ser institucional. Entende que se o aberto espaço foi aberto para que tenhamos voz,
313 que a voz seja dada naquilo que compete o Conselho que é fiscalizar, disciplinar e regulamentar o
314 exercício profissional. Sugere que venha alguém do CAU/BR, considera importante esse intercâmbio para
315 trazer a contribuição e abrir esse leque de discussões. Diz trabalharmos com uma questão muito
316 importante para a nossa profissão que é a questão da vaidade e que o Conselho precisa tomar cuidado
317 com relação a isso, quando indica colegas, quando traz para apresentar trabalhos. Quando o Conselho
318 de Arquitetura traz o CAU/BR para falar sobre ética, falar sobre a resolução ou sobre outras questões, se
319 desfaz toda questão pessoal, particular. Fala que o Conselho Federal tem abrangência maior que a
320 nossa, que está trazendo à tona o que é realmente importante e que devemos envolver os colegas
321 nessas discussões, transformar o Conselho não em Regional, mas Nacional. Diz não sermos Conselho

322 Regional, que somos apenas no sentido da fiscalização porém fazemos parte de um Conselho e de uma
323 classe. Diz ainda que o corporativismo tem que existir, não em relação aos arquitetos, mas em relação à
324 arquitetura e urbanismo no país que a gente precisa puxar a discussão a transformação, a questão do
325 ensino, da qualidade da paisagem urbana. Sugere ao conselheiro EDUARDO que veja com o CAU/BR
326 quais as demandas mais importantes para esse ano, para que possamos envolver os colegas nas
327 questões mais sérias dos destinos da profissão. A presidente RITA expõe à conselheira CÁSSIA, recém-
328 chegada e componente da comissão, sobre as propostas das palestras e a sugestão para a discussão
329 colocada pelos conselheiros. Cita o conselheiro EDUARDO, que dá um aparte referente a questão do
330 Código de Ética. O conselheiro diz que o Código de Ética não será aprovado na próxima reunião, que os
331 conselheiros federais vão apresentar as contribuições e acredita que a aprovação ocorra em setembro ou
332 outubro. Entende ser importante a discussão ao menos da minuta, pois se houver alteração serão
333 poucas. O conselheiro SÉRGIO propõe reformular a proposta do conselheiro LUCIANO. Entende ser
334 mais pertinente, que além das Resoluções 21 e 51, a questão da formação do arquiteto. O conselheiro
335 LUCIANO pontua que então são três temas, a Resolução 51, o Código de Ética e a formação profissional.
336 Três temas institucionais que devem ser passados à sociedade. A conselheira federal CÁSSIA ABDALLA
337 toma a palavra e coloca aos conselheiros que a sugestão do conselheiro LUCIANO foi discutida pela
338 comissão, pois era necessário dar os encaminhamentos. Relata que juntamente com o conselheiro
339 LIBÂNIO analisou a enquete disponível no site do CAU/MT, e nessa, o assunto mais votado foi a questão
340 do arquiteto empreendedor e que isso vem ao encontro do resultado do Censo, onde aponta que o maior
341 percentual de profissionais é de recém-formados, colegas abaixo de 50 anos sem qualquer tipo de pós-
342 graduação, diz ainda acreditar que isso tenha refletido muito claramente nas indagações a respeito da
343 enquete, pois essa aponta claramente que quem votou foram esses jovens arquitetos, preocupados com
344 o mercado de trabalho. Diz ainda terem considerado interessante uma discussão mais leve para o Morar
345 Mais. Sobre o percentual de arquitetos na Mostra, indagaram o Rafael e a resposta foi que 70% dos
346 participantes são de arquitetos de interiores, atribuição exclusiva nossa e que design de interiores ainda
347 não é uma profissão regulamentada pelo Conselho, é reconhecida pelo MEC enquanto curso mas não é
348 profissão. Se tivéssemos o contrário desse percentual até seria questionável nossa participação em um
349 evento onde a grande maioria não seriam de arquitetos. A partir dessa informação diz terem passado
350 para um segundo momento. A comissão entendeu que ali é um momento mais leve, de integração e de
351 interação com os profissionais, até por isso resolveram não fazer quatro dias de eventos. Sobre o
352 arquiteto empreendedor diz terem achado interessante já que tratariam de uma demanda já mostrada no
353 próprio site do CAU/MT, e assim começaram a trabalhar o tema. A conselheira CÁSSIA diz ainda que
354 segundo assunto tem uma proposta muito interessante, que é questão da sustentabilidade, da tecnologia.
355 Que muitas pessoas pensam ser o Morar Mais um evento onde tudo é barato, porém a proposta é fazer
356 um ambiente dentro de quatro pontos: inclusão social, avanço tecnológico, sustentabilidade e outro que
357 não se recorda. Dentro dos objetivos da feira considera interessante trazer a questão da sustentabilidade,
358 pois é um tema do momento. Informa que o Sebrae está fazendo uma expedição para a Inglaterra para
359 discussão de cidades sustentáveis e que por isso achou pertinente com o objetivo do evento. Entende ser
360 necessário marcar data para uma discussão sobre esses três temas e focados para nossa classe. A
361 presidente RITA retoma a palavra com o intuito de transformar as discussões em duas propostas. Uma
362 incorporar o conteúdo sugerido ao Morar Mais e a segunda, manter o Morar Mais e fazer um evento para
363 discutir as resoluções, o exercício profissional e a prática. O conselheiro SÉRGIO diz entender que a
364 proposta do conselheiro LUCIANO é discutir esses três temas no evento. A presidente RITA diz que isso
365 foi apresentado antes da explanação da conselheira CÁSSIA e pergunta se ele mantém a proposta ou
366 alteram com a sugestão da conselheira CÁSSIA. O conselheiro solicita uma rodada de fala de todos, pois
367 a conselheira CÁSSIA trouxe informação posterior a sua proposta, apesar de achar que os assuntos do
368 Morar Mais devam ser institucionais. O conselheiro EDER pede a palavra e diz não ser função do
369 Conselho propôr esse tipo de palestra. Entende que temos que saber muito bem o que somos, o que
370 queremos e o que representamos. Que devemos saber também qual é a função do Conselho, do
371 Presidente e dos Conselheiros. Diz ainda que a função que lhe é dada pela Lei Federal é clara, que não é
372 promover eventos que não estejam ligados ao Conselho. Diz ser função do IAB promover, fomentar esse
373 tipo de discussão pela participação na Casa Cor, Morar Mais e outros eventos. Diz ainda ser função do
374 sindicato discutir a questão salarial, tem outras entidades como a FNA, que foram a origem do Conselho,
375 e essas entidades estão vivas, se não estão deveriam estar, até porque são importantes para o Conselho.
376 Propõe que trabalhem em cima da função do Conselho e dos conselheiros. A conselheira RITA passa a
377 palavra para a conselheira DORIANE que rememora os assuntos debatidos, fala da preocupação dentro
378 da UFMT em relação aos novos profissionais e recorda uma fala do conselheiro HIGOR, referente a falta
379 de clareza sobre a função do Conselho. Entende que a função do Conselho, a grosso modo, é proteger a
380 sociedade. Acredita que a proposta do conselheiro LUCIANO vem ao encontro disso. Diz ter muita
381 preocupação de como esses profissionais tem saído da faculdade. A questão da sustentabilidade passa
382 por ter clareza sobre uma postura ética e pela clareza da função social do arquiteto. Diz que a diferença
383 entre engenheiros e arquitetos está na qualidade que o arquiteto pode imprimir dentro da cidade, dentro
384 do país, nesse sentido entende que a proposta de um CAU institucional dentro do evento pode ser mais
385 eficiente e que entende que a proposta do conselheiro LUCIANO vem ao encontro do evento. O
386 conselheiro EDUARDO solicita a palavra e diz não querer entrar nessa questão pois é específica
387 CAU/MT, porém, analisando de fora, entende que a fala dos três colegas vão ao encontro aquilo que é
388 importante para o Conselho. Lembra que no dia anterior foi aprovada a NBR 15.575, importantíssima, vai

389 provocar uma revolução no ensino da arquitetura. O arquiteto precisa entender bastante sobre tecnologia
390 construtiva pois tem o caderno de encargos, especificação materiais, passa a ser responsável pelo
391 projeto de forma mais incisiva. O CAU entra numa parceria institucional. Lembra que seria importante
392 uma conversa com o administrador do Morar Mais, o colega Rafael. Lembra ainda a Resolução 51 que
393 deixa claro que a arquitetura de interiores é atribuição exclusiva do arquiteto, que trinta por cento dos
394 profissionais que estão lá, não são arquitetos, estão trabalhando em parceria com arquitetos ou
395 sozinhos. Entende que não é para entrar numa fiscalização de punir, e sim, de conversar, de esclarecer
396 para que ele possa reverter esse quadro, essa parceria na fiscalização que o CAU precisa fazer. É
397 devagar, se mostrando e mostrando a importância da nossa profissão, para um colega que tem a conduta
398 ilibada. A presidente RITA passa a palavra ao conselheiro ALTAIR. O conselheiro questiona a enquete e
399 solicita a inclusão da quantidade de opiniões. Diz já ter tido experiência como coordenador de Pesquisa
400 do Data Folha e acredita ser importante esse tipo de informação. A conselheira RITA passa a palavra ao
401 conselheiro NICÁCIO o qual entende ser a sugestão do conselheiro LUCIANO importante, trabalhar a
402 questão institucional, porém sem tirar a importância dos outros assuntos pois são inerentes ao nosso
403 trabalho. Reporta-se a reunião do dia anterior em que se discutiu a realização de um curso, um
404 seminário, que envolva esses temas, inclusive a Norma de Desempenho. Em relação aos escritórios de
405 arquitetura, fala da dificuldade da entrega dos serviços pois não serão aceitos sem a observação da
406 Norma de Desempenho. Fala da importância da obra ligada ao projeto e vice-versa. Sugere os temas
407 institucionais que o conselheiro LUCIANO colocou, mas propõe continuarem a desenvolver um trabalho,
408 um seminário integrado com esses temas mais a questão de BIM e fazer um evento com a Comissão de
409 Ensino, Formação e Exercício Profissional conforme discussão da reunião do dia anterior. A conselheira
410 CARMEN toma a palavra e diz que o IAB está cogitando fazer uma semana de eventos no dia do
411 arquiteto em dezembro e propõe parceria com o CAU para esse trabalho. Diz que não haviam
412 conversado ainda mas é em relação a valorização de grupos de pesquisas; de temas institucionais; sobre
413 as resoluções e explica que está colocando agora pois esses temas podem passar para o evento que
414 farão no final do ano ou ainda que pode ser considerado realizá-lo agora. A presidente RITA retoma a
415 palavra e sintetiza as propostas dos conselheiros para levar a apreciação da plenária. A proposta
416 apresentada pelo conselheiro LUCIANO é apresentar no Morar Mais a discussão sobre as Resoluções 21
417 e 51 e, no outro dia, Fiscalização e Código de Ética e solicita a confirmação do conselheiro Luciano com
418 relação à proposta. O conselheiro LUCIANO fala que teremos dois dias de palestras e que temos que
419 escolher o que fazer ou condensar numa palestra os temas, palestras de duas horas. E ainda, que antes
420 de fazer a proposta é necessário saber quanto tempo dispõe para tomar a decisão, diz ser assunto
421 polêmico e que qualquer decisão tomada no momento será prematura. Porém diz que sua proposta é a
422 mudança de tema. O tema que está sendo proposto no Morar Mais não atende a necessidade
423 institucional do CAU/MT. Diz ainda que o tema é institucional, porém diz que divisão desse tema não
424 precisaria ir para a plenária. O que a presidente RITA contesta entende ser importante pois pode não
425 haver concordância. O conselheiro LUCIANO propõe que seja deixada a votação para o final pois não
426 têm proposta clara sobre quais os temas. O conselheiro EDUARDO toma a palavra e diz que talvez seja
427 interessante nessa proposta votar primeiramente se é institucional ou não, se entendem como prematura
428 a discussão do nome. Como sugestão, voltaria para a comissão e essa estudaria e traria para uma
429 plenária extraordinária. A presidente RITA intervém e diz que o Conselho está convocando reunião
430 extraordinária para tratar da aprovação dos balancetes, que são em cinco, diz ainda que se o conselheiro
431 LUCIANO está inseguro talvez fosse melhor levar esse tema para a comissão porém não haverá tempo
432 hábil para trazer aqui. Diz ainda que se tiver que trazer gente de fora, inclusive do CAU/BR, isso tem que
433 ser previsto com antecedência. O conselheiro LUCIANO diz que a preocupação é que temos
434 teoricamente quatro assuntos: as Resoluções 21, 51, o Código de Ética, o Exercício Profissional e a
435 Norma de Desempenho. Diz precisarmos unir todos os assuntos em dois dias. A presidente RITA propõe
436 ouvir a proposta do conselheiro NICÁCIO e que a Comissão de Ensino, Formação e Exercício
437 Profissional poderia liderar um evento específico para tratar da questão. A presidente RITA diz acreditar
438 ser possível fazer em dois momentos, deixar no Morar Mais as questões mais preeminentes e em
439 seguida fazer um evento conduzido pela comissão. O conselheiro LUCIANO formaliza a proposta e expõe
440 à plenária: primeiro dia do evento, a discussão da formação profissional abordando o Código de Ética dos
441 arquitetos e no segundo dia resoluções do CAU/BR, incluindo a 21, 51 e Norma de Desempenho. A
442 conselheira CÁSSIA diz que quando se reuniu pela primeira vez, estavam presentes o presidente
443 CLÁUDIO e os conselheiros LIBÂNIO e HIGOR. A primeira proposta foi promover algo institucional, leve,
444 interessante e que apresentasse o Censo dos Arquitetos. Lembra um debate promovido pela Folha de
445 São Paulo, do qual a conselheira participou, com a presença do IAB Nacional e do CAU/BR, relata que
446 pela primeira vez uma profissão mostrou para o país como está distribuída, motivo pelo qual levou esse
447 assunto. Lembra que as palestras não ocorrerão no dia normal de funcionamento do Morar Mais, serão
448 palestras com convites feitos pelo CAU/MT, direcionados para arquitetos, autoridades e por aqueles que o
449 CAU/MT e os conselheiros do CAU/MT desejarem. A Mostra não estará aberta à visitação, a não ser os
450 espaços de entrada do clube. Diz não ser contrária a proposta do conselheiro LUCIANO mas, entende
451 que deva ser feito um seminário posteriormente, pela importância dos assuntos. Argumenta que o
452 seminário é muito mais interessante pela profundidade, pela importância e pelo tempo pois o evento que
453 vai ocorrer de 19h as 22h, diz ser necessário montar um seminário exclusivo para o debate dessas
454 questões. A seguir passa a falar sobre o ambiente da Mostra. Que a comissão pensou em um stand
455 interativo e que estão buscando conseguir por meio da empresa Solução Técnica. Diz que espaço será

456 na entrada da feira e nesse quadro interativo pensou-se em colocar a questão ligada ao CAU, como se
457 fosse um make in off do CAU e de outras cidades de Mato Grosso. No entanto, diz concordar com a
458 maioria, cita a ausência dos conselheiros HIGOR e LIBÂNIO e diz que levará o resultado a eles e a partir
459 daí tentarão adequar ao que os conselheiros decidirem. A presidente RITA coloca em regime de votação
460 deixando clara as duas propostas. A proposta número um, do conselheiro LUCIANO, que no primeiro dia
461 se discute Ensino, Formação Profissional e o Código de Ética e no segundo dia as resoluções 21, 51 e a
462 Norma do CAU/BR; e a proposta número dois, da conselheira CÁSSIA, mantida a proposta da comissão
463 cujos temas seriam Arquiteto Empreendedor e As Edificações como Laboratório de Práticas Sustentáveis.
464 A seguir é feita a contagem dos votos e aprovada a proposta do conselheiro LUCIANO por 6 votos e a
465 um. A presidente RITA fala ao conselheiro LUCIANO que sinta-se a vontade para se integrar à comissão e
466 auxiliá-los na condução desses temas e na preparação dos debates que ocorrerão. A seguir passa a
467 palavra à assessora JANDIRA para falar sobre o Simpósio de Gestão Urbana: O Grito da Cidade. A
468 assessora fala que a proposta foi colocada com o objetivo é debater a gestão urbana das cidades
469 contemporâneas. A função não é ir contra o que acontece hoje em Cuiabá, e sim trazer experiências bem
470 sucedidas de outras cidades que começaram com o processo de planejamento no mesmo momento de
471 Cuiabá. O arquiteto José Antonio Lemos havia sugerido como moderador, Antônio Carlos Cabral
472 Carpintero, ex-prefeito de Porto Velho onde desenvolveu um excelente trabalho. A proposta do seminário,
473 conforme presidente RITA, foi apresentada na plenária passada a partir de conversa iniciada junto ao
474 presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, João Emanuel com o interesse de esclarecer à Câmara e a
475 administração municipal que tem ido por alguns descaminhos na aprovação de leis, decretos, com a
476 supressão de ZIAs e ainda com o objetivo de aproximar e corrigir essa ação unilateral. A conselheira
477 DORIANE toma a palavra e se reporta ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Estratégico de
478 Cuiabá, que ela, juntamente com o conselheiro NICÁCIO, desde o ano passado recorrentemente têm
479 sido atropelados pelo Conselho com manobras do município. Inclusive imaginou que com a troca de
480 gestão isso seria alterado, porém diz ter piorado. Diz não ter participado na última plenária porém ficou
481 sabendo que numa manobra do prefeito foram alteradas as ZIAs para se implantar a nova sede da
482 Secretaria de Obras. Independente de toda a argumentação pedindo para que se discutisse em conjunto
483 com a sociedade. Fala ainda que ao invés de fazerem uma discussão criticando diretamente, propõem
484 uma discussão enviesada. Fala do Programa de Extensão com o Mistério das Cidades, Épura in
485 Quadrantes, do qual é a responsável, e que colocou os recursos a disposição para pagamento de diárias
486 e passagens para os palestrantes. Diz ainda que de certa forma foi ela quem provocou essa discussão. O
487 conselheiro EDER diz querer entender qual o posicionamento do CAU com relação a essas questões,
488 pois não consegue entender como poderão lidar com isso para não se envolver com questões políticas,
489 pois o CAU é apartidário. Se envolver apenas com aquilo que temos por lei como objetivo do nosso
490 trabalho e que por vezes, na empolgação, perde-se a função e a credibilidade. Defendendo algumas
491 coisas que não foram discutidas e amadurecido internamente. Ocorreu uma decisão plenária de
492 participação, nós fazemos parte de um Conselho, ele pode ser interlocutor com relação à sociedade, diz
493 entender isso como uma função do Conselho e a partir dessa interlocução com a sociedade o Conselho
494 deve se manifestar publicamente. Se não faz a interlocução com a sociedade ele passa a se manifestar
495 publicamente de acordo com os seus conselheiros. Assim deixa de ser representante da sociedade e
496 passa a ser agente político e transformador da realidade e das opiniões de seus conselheiros. Diz que
497 dever haver uma preparação para realização de eventos públicos e que o Conselho precisa de outros
498 suportes. Diz ser necessário ouvir a sociedade. Refere-se à conselheira DORIANE e diz que ela está
499 acostumada a lidar com questões públicas, que o arquiteto tem uma visão e quando vai *in loco* se depara
500 com uma realidade totalmente diferente. Diz ser necessária a aproximação com a sociedade, como
501 preparação, para depois participar desses eventos. Diz saber que é questão de tempo, mas que isso é
502 falta de planejamento pois ficam sabendo das coisas na última hora e depois é necessário correr. Diz
503 ainda ter restrições com relação a isso e com vinculações com partidos políticos, com a Câmara, que
504 entende que isso tem que ser feito com tranquilidade e calma, analisando e trazendo ao plenário o que
505 será discutido lá. A conselheira RITA, toma a palavra e diz que não colocaram a questão de tempo pois a
506 proposta foi trazida à plenária anterior, diz entender a pertinência de não haver ligação a nenhum partido
507 político mas levar, dentro das atribuições do CAU/MT, um esclarecimento não só à Câmara mas a todos
508 gestores da Prefeitura de Cuiabá sobre a atuação e condução da política urbana. E ainda, diz entender
509 que esse plenário tem que ser pautado na consulta à sociedade pois, como a conselheira CÁSSIA falou,
510 um dos temas gerados para Morar Mais veio de uma enquete na internet onde se buscou seguir os rumos
511 dados pela pesquisa pelos jovens arquitetos. Essa preocupação continua, é premente e a todo momento.
512 Diz que o CAU/MT não vamos participar, vai coordenar esse debate. A condução, o tema e a forma como
513 serão colocadas as questões será por nossa conta. O CAU vai introduzir sua visão, numa ação de
514 esclarecimento e orientação à Câmara e à Prefeitura. Diz ainda entender como extremamente positivo o
515 fato de haver uma sinalização da Câmara querendo nos ouvir. E a seguir passa a palavra à conselheira
516 CÁSSIA que explica que a demanda para esse seminário e por todo esse momento em que estamos
517 passando como profissional na questão da legislação da Prefeitura. Que os conselheiros ÉDER, SÉRGIO
518 e NICÁCIO, como todos os outros, devem estar sentindo essa desorganização legal que está
519 acontecendo na capital. Está ocorrendo o total descompromisso com o Plano Diretor, com a Lei Orgânica,
520 inclusive na própria Câmara. Diz ter ficado sabendo que estiveram em reunião no CAU vários arquitetos,
521 entre eles os Francisco Gomes, José da Costa Marques, Jhonny, Raul, Libânio, Alan e Abel, inclusive que
522 estão se reunindo uma vez por semana para discutir a situação que passa a legislação em Cuiabá. Estão

523 num grupo e vão trazer ao CAU/MT um documento expresso apresentando as questões que julgam,
524 enquanto profissionais, que o CAU precisa intervir. Diz entender como inteligente a forma colocada para a
525 discussão, não através de partido político, nem de questionamentos direto à gestão urbana de Cuiabá,
526 mas de forma mais inteligente, através da apresentação de situações. Diz ainda sempre ter se
527 preocupado com a situação institucional ligada à Câmara e crê ser hora de um momento como esse. Não
528 da Câmara organizar, mas do CAU estar chamando, junto à Câmara, escutando e o Ministério Público,
529 que tem nos auxiliado na discussão e na luta para que a gente consiga deixar nossa cidade numa forma
530 legal e poder trabalhar enquanto arquiteto e urbanista. Lembra que o CAU é parte do Conselho Municipal
531 de Desenvolvimento Estratégico, cujo conselheiro NICÁCIO é o titular e o conselheiro EDUARDO,
532 suplente. Explica que é um Conselho que agrega várias entidades públicas, municipais, estaduais e
533 federais, e as civis e isso é política e não politicagem. Entende que devemos saber muito bem qual é o
534 sentido da palavra política para que a gente não banalize o sentido correto da expressão. A conselheira
535 DORIANE diz sentir-se muito a vontade de colocar que não tem vinculação política partidária, comenta
536 que final do ano passado ocorreu um embate ferrenho no Conselho Municipal por causa de uma
537 condução da Prefeitura e determinados grupos econômicos com relação as Operações Urbanas
538 Consorciadas, e deixou registrado que a partir do seu Projeto de Extensão, aprovado novamente junto ao
539 MEC, faria um evento específico para tratar de Operação Urbanas, ainda tem fé na realização. Relata
540 que o recurso está disponível para efetivar o evento até setembro/outubro. Comenta que a cada vez que
541 vai ao Conselho fica mais entristecida pois é um novo golpe e que em maio, no Edificar, foi conversado
542 com o Prefeito que o mesmo deveria ter uma postura de conversar com a sociedade. Porém ele está com
543 uma proposta megalomaniaca para o Porto, o projeto do outback e que provavelmente não houve o
544 diálogo. Entende a consulta popular como importantíssima. Para ela esse simpósio significa mostrar o
545 que não temos em Cuiabá, que não temos um Conselho Municipal que de fato possa representar Cuiabá,
546 que é ouvido. A seguir a palavra é dada ao conselheiro ALTAIR o qual entende como
547 positivo o seminário porém questiona não ter sido pensado na escolha uma cidade mato-grossense, como
548 Lucas do Rio Verde, que vê seguindo o Plano Diretor, ou Sinop, outra cidade como experiência. Outra
549 questão que aborda é o Conselho estar sem Regimento Interno, na opinião dele é necessário parar e
550 resolver, porém entende que não há mais tempo. A presidente RITA diz terem uma hora e que ainda há
551 tempo para analisar, a seguir encerra a discussão sobre o Simpósio com a votação, uma vez que os
552 conselheiros já se posicionaram contra e a favor e que existe uma comissão. Reporta-se ao conselheiro
553 ALTAIR dizendo que o mesmo pode incorporar sua sugestão à comissão para discutir esses municípios. A
554 presidente RITA observa que Lucas do Rio Verde é um município problemático, a administração é
555 conivente com situações do agronegócio que prejudica a qualidade de vida, inclusive a saúde da
556 população. Diz podermos buscar um município com esse êxito no estado mas a sugestão pode ser
557 trabalhada pela comissão. A proposta que apresenta é votar o Simpósio com o tema: O Grito da Cidade,
558 não é exclusivo à Cuiabá e podem ser trazidas outras questões inerentes a outros municípios, sugere ao
559 conselheiro SÉRGIO que pesquise e incorpore à comissão. Fala que a Associação Mato-grossense dos
560 Municípios pode ser incorporada inclusive dentro da parceria da conselheira Doriane e assim será
561 possível conduzir o debate de forma ampla perante a sociedade. O conselheiro federal EDUARDO,
562 observa que a reunião termina ao meio dia e não entramos ainda na ordem do dia, e que no CAU/BR
563 acontece da mesma forma. Relata passarem a manhã toda nessas questões, relatos das comissões,
564 relatos dos conselheiros, várias questões importantes a serem colocadas e a ordem do dia só se faz
565 efetivamente depois do meio dia e informa que lá são dois dias inteiros. Entende como importante
566 refletirem sobre a questão de apenas meio dia de plenária pois são questões importantes a serem
567 debatidas e meio dia para discutir a pauta é tempo exíguo. Pontua ainda que se a pauta fosse exclusiva
568 para discussão regimento interno, meio dia seria pouco. O conselheiro DERALDO comunica que as
569 11:30h terá que se retirar da plenária. O conselheiro ÉDER, coloca que somos Conselho Estadual, que se
570 for entrar na discussão meramente relacionada à Cuiabá, fica com um caráter meio político/pessoal contra
571 a figura do Prefeito e que o evento perde a sua importância. Sendo mais abrangente como foi colocado
572 anteriormente, abordar outras questões, ter outras ramificações, ao menos nas cidades que temos
573 conselheiros, o evento ganha outro caráter, de importância muito maior do que bater de frente com a
574 prefeitura. A proposta é que o evento seja estendido a outras regiões que tem assuntos importantes a ser
575 discutidos. A presidente RITA esclarece que o Grito da Cidade não é o grito de Cuiabá, a temática surgiu
576 dos desvarios que tem acontecido aqui, porém podemos mostrar experiências de êxito, inclusive acatar a
577 sugestão dos conselheiros em buscar nos municípios quais são os principais problemas para trazer à
578 discussão inicial, que constará o Prefeito na mesa. O Conselheiro LUCIANO, diz que não atua na área de
579 planejamento urbano e questiona se o seminário de Políticas Urbanas não é parecido com o que está se
580 propondo. No que a presidente diz que não. Diz estar acompanhando o site do CAU/SP e eles estão
581 promovendo a primeira Conferência Estadual de arquitetos e urbanistas do CAU/SP, com o título
582 Desenvolvimento Nacional e o Papel do Arquiteto e Urbanismo na construção da Cidade. Diz ser
583 espetacular, que o caderno de encargos tem desde a carta do presidente, a ata, o regimento interno de
584 como será feita a conferência e o modelo de ata. Propõe copiar, realizar qualquer tipo de seminário nos
585 moldes daquele. Sobre o simpósio proposto, o conselheiro NICÁCIO diz ser apenas questão do tema,
586 propõe o Grito das Cidades, para abranger as cidades de Mato Grosso. A proposta do conselheiro ÉDER
587 é que a discussão seja mais abrangente, é incluir outras cidades, não se restringir à Cuiabá, deve ser
588 retirado o caráter eminentemente local. A presidente RITA afirma que esse é um Simpósio Estadual, a
589 todos os arquitetos do estado de Mato Grosso. Que no momento não há como anunciar outro Simpósio

590 pois temos essa parcerias engatilhadas a qual ela está submetendo à plenária, o que não impede que as
591 comissões gerem essas propostas e tragam para o debate. O conselheiro SÉRGIO, manifesta ser contra
592 a parceria com a Câmara de Cuiabá e favorável a fazer com a Associação Mato-grossense do Municípios
593 e a União das Câmaras Municipais de Mato Grosso. A conselheira RITA diz não haver problema e nem vê
594 porque virar as costas para o legislativo nessa parceria pois é ele quem aprova as nossas leis, diz ainda
595 que o evento está pré-organizado, que o perfil do evento aprovado em plenária anterior é o Simpósio em
596 parceria com a Câmara Municipal. O que estão propondo é a discussão dos temas. O conselheiro ÉDER
597 diz que esse Simpósio tem que ser estadual, não pode ser vinculado à câmaras municipais, tem que estar
598 vinculado à entidades que tratem de assuntos do estado, ter a participação efetiva de outras instituições,
599 como o Ministério Público e seus representantes, participação de arquitetos e vereadores de todo o
600 Estado, diz não ser uma questão contra, se é para fazer o simpósio que seja mais abrangente e que seja
601 submetido ao plenário o escopo da proposta. A presidente RITA diz que Ministério Público já está na
602 parceria, sobre os arquitetos, tem o grupo que trouxe a proposta e quanto aos vereadores, a participação
603 pode ser feita por meio da Associação das Câmaras e sobre o escopo da proposta, é isso que está sendo
604 debatido nessa ocasião. O conselheiro EDER expõe sua proposta, que a conferência seja estadual e que
605 envolva a sociedade. E solicita que sejam comunicados aos conselheiros um relatório sobre o que
606 acontecerá, o que será discutido, o que será proposto, o que será realizado, que encaminhem isso
607 formalmente aos conselheiros. Diz serem três pilares importantes para que tomem consciência e que
608 sejam um conselho, que têm obrigação de saber como conselheiros o que acontece lá dentro. Diz ter uma
609 solicitação e duas propostas que podem ser fundidas em uma só. A conselheira RITA diz não haver
610 problemas em incorporar a estadualização da proposta. Apresenta a primeira proposta, que o Grito da
611 Cidade pode contemplar situações em todos os municípios, mostrando as deficiências e experiências de
612 êxito de gestão, em parceria com a AMM, com as demais câmaras e com entidades da sociedade civil.
613 Não vê como uma segunda proposta e sim que pode se incorporar à primeira. Entende que ele está
614 fazendo um pedido de esclarecimento e que isso vai ser encaminhado aos conselheiros. O conselheiro
615 SÉRGIO apresenta sua proposta de fusão com a proposta do conselheiro EDER. Que o simpósio seja
616 realizado em parceria com a AMM, Câmaras Municipais de Mato Grosso, Ministério Público Estadual e
617 arquitetos do Estado e ainda que seja transmitido aos conselheiros as diretrizes e planos do simpósio. A
618 presidente RITA comenta que é a mesma proposta anterior apenas com outras palavras, diz que a
619 coordenação continua sendo do CAU e que serão convidados à parceria a União da Câmaras Municipais,
620 que a AMM e o Ministério Público já estão na parceria e a estruturação do evento, justificativa, objetivo e
621 meta serão encaminhados. O conselheiro federal EDUARDO, ressalta que são duas propostas e uma que
622 o conselheiro SÉRGIO colocou a submissão do conselheiro EDER para verificar a possibilidade de fusão.
623 O Conselheiro SÉRGIO solicita informação sobre quem vai realizar, se o CAU vai realizar, se vai haver
624 despesa quanto a isso e da necessidade do estabelecimento de um teto máximo para as despesas. A
625 presidente RITA coloca as propostas em regime de votação. A proposta original, de número 1 e a proposta
626 do conselheiro EDER, de número 2. A proposta nº 1 obteve 1 voto, proposta nº 2, cinco votos e uma
627 abstenção da conselheira Ana Rita. Apesar de realizada a votação os conselheiros entenderam que não
628 havia a devida clareza nas propostas. A presidente RITA explica que a diferença entre as proposta é uma
629 só, é incorporar todos os complementos que o conselheiro EDER propôs e que apenas não poderíamos
630 tirar a Câmara Municipal de Cuiabá que já foi uma parceria iniciada e aprovada anteriormente na plenária.
631 E que a proposta um agrega a dois, será chamada a União da Câmaras do Estado. Discutiu-se tirar a
632 Câmara Municipal ou não. A presidente RITA argumenta que quem chamará será o CAU/MT, a Câmara de
633 Cuiabá é a parceria da sede do evento, explica que foi o CAU/MT quem propôs a temática e nós
634 usaremos o espaço para apresentarmos uma questão. Explica que a proposta é nossa, o tema é nosso,
635 a proposta inicial é partirmos da Câmara de Cuiabá, convidar a União das Câmaras e demais Câmaras.
636 Como o evento é na capital, o que a Câmara daqui puder viabilizar será feito, fala que a parceria começou
637 com a Câmara de Cuiabá. Diz ter incorporado as propostas do conselheiro EDER mas manteve a parceria
638 que começou com a Câmara de Cuiabá. O conselheiro LUCIANO disse ter ficado claro e retira o voto. A
639 conselheira RITA pergunta se alguém quer rever a votação. Três votos a favor de retornar a votação, três
640 votos contra e uma abstenção. A presidente RITA dá o voto de minerva favorável a retornar a votação. O
641 conselheiro SÉRGIO toma a palavra e expõe sua preocupação. Diz ficar uma situação constrangedora,
642 uma Câmara Municipal que não sabemos quais os conflitos políticos que existem, se elas começarem a
643 participar da coordenação de um evento desse, que pode gerar um conflito político até mesmo com o
644 próprio CAU. Passa a palavra ao conselheiro ALTAIR, o qual questiona se o CAU vai promover esse
645 seminário. Quer saber se haverá custo, vai alugar, vai pagar, então você convida quem quiser. Não tem
646 esse vínculo com a Câmara de Cuiabá. Pergunta se já houve proposta da Câmara em conceder espaço,
647 estrutura, algo assim. A presidente RITA explica que o CAU está organizando a parte técnica e o
648 conteúdo e que apresentou uma proposta vinda da plenária. A Câmara vai entrar como parceira, ajudar
649 provavelmente no deslocamento de um ou outro palestrante, que está sendo fechada a proposta. Diz
650 haver necessidade de aprovar primeiramente em plenária para levar para a Câmara e a partir daí ver com
651 o que ela entra e com o que nós entramos. Diz que provavelmente será no Ministério Público Estadual,
652 um território neutro e que primeiramente está sendo fechado o conteúdo técnico. O conselheiro NICÁCIO
653 cita uma publicação de fotos de um evento no site do CAU e questiona se é disso que estamos falando,
654 de parceria entre a Câmara e o CAU com foto do João Emanuel no nosso site. O que a presidente RITA
655 diz estarmos discutindo uma proposta para esse evento. No que o conselheiro NICÁCIO diz que então
656 não partisse da Câmara daqui pois sabemos que politicamente algumas pessoas querem se projetar e

657 depois usar isso politicamente estaria gerando votos em uma futura eleição. Diz que no seu
658 entendimento o CAU não deve se envolver com esse tipo de coisa. Cita uma reunião sobre alteração de
659 legislação na Câmara e que um vereador disse claramente que isso geraria votos para ele, um trabalho
660 em parceria com o urbanismo de Cuiabá. E é isso que nós não queremos que ocorra. A presidente RITA
661 esclarece que está havendo cuidado na condução dessas questões. E que cabe ao CAU se conduzir de
662 forma a manter a discussão dentro da nossa esfera de interesse e qualificação. A seguir passa palavra ao
663 conselheiro EDUARDO para esclarecimentos. Esse questiona se existe parceria firmada entre o CAU e a
664 Câmara Municipal, se existe, o que está sendo votado aqui é continuar ou não com a parceria. A proposta
665 1 é continuar com a parceria, podendo ser ampliada; a proposta 2, está rompendo com a parceria, isso é
666 que tem que ficar claro. A seguir passa a palavra para o conselheiro EDER. Ele diz que ao se tornar um
667 evento estadual a parceria deve ser feita com todas as Câmaras, assim a discussão seria mais
668 abrangente, mais interessante para o CAU. Estaremos em Sinop, Tangará, em Rondonópolis, em Barra
669 do Garças e outras cidades, diz ser uma forma de nos aproximarmos da sociedade, pois na Câmara
670 estão os representantes da sociedade. Considera aproximação muito importante para o Conselho não
671 com o presidente da Câmara mas com a instituição Câmara de Vereadores. Fala em estender para todas
672 as Câmaras de forma institucional, com ofícios encaminhados aos Presidentes e aos vereadores também
673 para que venham fazer parte dessa discussão. O conselheiro EDUARDO toma a palavra novamente para
674 esclarecimento sobre as propostas. Esclarece que votando só na proposta 1 não haverá problema
675 institucional entre CAU e Câmara; votando a proposta 2 teremos problema. Entende ser necessário
676 extremo cuidado em mostrar que a parceria não está fechada, que a ideia é ampliar e conduzir para não
677 haver melindre no relacionamento político entre o CAU e a Câmara, para não haver problemas futuros de
678 relacionamento com ambas as instituições. A presidente RITA, retoma a palavra e coloca novamente em
679 regime de votação. Proposta nº 1 três votos, proposta nº 2, três votos e a mesa vota com a proposta de nº
680 1. Manter a parceria ampliando para atingir mais entidades. O conselheiro EDER pergunta se inicialmente
681 não tínhamos 2 propostas, o que a presidente RITA informa que o conselheiro EDUARDO esclareceu e
682 que ele concordou. O conselheiro LUCIANO concorda que está esclarecido. O conselheiro EDER solicita
683 a assessora Jandira que leia a o que realmente ficou acordado. “Ampliação da parceria para as demais
684 entidades sem abrir mão da parceria com a Câmara Municipal”. O conselheiro LUCIANO diz que a ideia
685 do EDER é interessante quando coloca a regionalização. Então propõe que, dependendo do sucesso do
686 simpósio, possa ser estendido, até para o ano que vem, uma regionalização a partir das Câmaras
687 Municipais dos polos regionais, levar para o interior esse mesmo seminário que está sendo promovido na
688 capital. A presidente RITA passa para a 2ª parte da reunião, ORDEM DO DIA. Diz ter observado a
689 necessidade de uma assessoria presente nas reuniões plenárias e lembra que todas as reuniões ocorrem
690 aos sábados. Diz que para ter todas as assessorias presentes, como observou que acontece no CAU/BR,
691 seria necessário mudar a data das reuniões pois o CAU não tem recursos para pagar horas extras aos
692 funcionários. Pelo exposto propõe alteração na data das reuniões plenárias para durante a semana.
693 Sendo os conselheiros de fora os mais prejudicados, diz que perguntou aos mesmos sobre a
694 possibilidade, e os conselheiros GERALDO e LUCIANO disseram não haver problemas. A reunião poderia
695 ser no período da tarde e assim teríamos uma assessoria pertinente. A ideia é objetivar e ter toda a nossa
696 assessoria presente pois aos sábados é impossível. O conselheiro SÉRGIO diz estar com ele o processo
697 sobre as horas extras, diz ter solicitado à administração informações para verificação sobre as condições
698 de fazer transposição orçamentária, pois temos que fazer reformulação orçamentária. Diz ainda que a
699 reformulação orçamentária já poderia ter sido feita, fazendo-se a reformulação diz que certamente
700 teríamos dotação orçamentária para pagamento de hora extra. Diz achar temerário fazer planejamento
701 durante o ano todo com relação a datas. Que os conselheiros se programam em relação à plenária, as
702 comissões e alterar isso no meio do ano pode ser problemático. O conselheiro EDUARDO toma a palavra
703 e diz não entrar no mérito da mudança de data, que é questão interna ao MT, porém entra no mérito do
704 apoio necessário, diz ser extremamente importante ter esse apoio de todas as assessoria para as
705 plenárias. Relata que no CAU/BR, a sede para, passa a ser a plenária, há a mesa do pleno e atrás estão
706 todas as assessorias, não no sentido de participarem e sim de dar o apoio as conselheiros naquilo que
707 necessitam e ainda para que tomem conhecimento dos assuntos e a plenária transcorra tranquila.
708 Prossegue dizendo sentir falta desse apoio aqui no CAU/MT, todos os assessores e o setor administrativo,
709 que é importante, tanto no pleno quanto nas comissões. Que apesar de não estarem presentes
710 efetivamente, estão a disposição. O conselheiro EDER ressalta que quando entrou no CAU esperava que
711 tivesse uma organização interna e vem cobrando isso desde o primeiro dia. Tanto com relação aos
712 procedimentos, quanto aos funcionários, para que tenham tranquilidade de trabalho. Questiona não haver
713 verba para o apoio, que é necessário ter verba, assim como é necessário ter verba para a fiscalização,
714 para a compra de equipamentos e coisas do dia a dia. Diz fazer parte de três comissões e que não
715 poderá deixar de trabalhar para trabalhar para o Conselho. Solicita análise minuciosa da comprovação
716 dos gastos, a análise das contas para verificar porque a verba se esgotou na metade do ano e que não
717 tem condições de doar mais tempo ao Conselho do que tem doado assim como não quer ter a sua
718 participação prejudicada por isso. O conselheiro GERALDO diz que devido a isso é necessário dar mais
719 ênfase à fiscalização, as receitas, pois aumentou o número de funcionários. O conselheiro ALTAIR diz
720 entender como bem vinda a mudança da plenária desde que a carga horária não extrapole a atual. Diz
721 terem a carga horária de 4 horas e que o CAU/MT está acima da média do Brasil que é de 3 a 4 horas e
722 que os únicos Conselhos acima disso são o Paraná e de outro estado. Entende como possível a
723 mudança. A presidente RITA argumenta que se for para não pagar horas extras é necessário que seja no

724 máximo até as 18h, o problema é justificar porque temos que fazer aos sábados se todos os conselheiros
725 sabem que quando eleitos é necessário dedicação, fica pesado para o CAU ter vários técnicos aos
726 sábados. O conselheiro DERALDO comenta sobre o Regimento Interno, que seja colocado na próxima
727 plenária apenas essa pauta. O conselheiro LUCIANO, diz que ele e os conselheiros DERALDO,
728 GERALDO e GISELE são do interior e já perderam, que estão se doando pois já saem um dia antes para
729 poder chegar. Diz concordar com o conselheiro EDUARDO que sendo em horário normal de expediente
730 teríamos a disposição de todos os funcionários e que para ele não haveria problema. O conselheiro
731 NICÁCIO diz que se a questão é hora extra, não podemos extrapolar as 18 horas. Diz haver diferença
732 entre o CAU/BR e a nossa situação, que tem o CAU/BR e o CAU/DF funcionando direto e questiona sobre
733 a possibilidade de fechar o CAU por um período, todo o mês, em função da plenária. O conselheiro
734 LUCIANO esclarece que não é necessário fechar o CAU, que caso necessário pode ser solicitada a
735 presença do funcionário, questão de otimização de gente e tempo. A presidente RITA submete a votação
736 porém o conselheiro EDER quer continuar debatendo, diz estar sendo decidido o dia dele e a hora de
737 trabalho dele. O conselheiro NICÁCIO fala em avaliar o recurso para pagamento da hora extra antes de
738 fazer essa alteração. A presidente RITA informa que o que acontece em termos de recursos é definitivo.
739 Que os balancetes estão disponíveis desde início do ano, os processos estão distribuídos desde abril e
740 não foi feita a apreciação para detectar possíveis falhas. Relata que como no ano anterior está prevista
741 queda nos rendimentos do segundo semestre pelos pagamentos, pelas RRTs, sendo assim, não há como
742 justificar o porquê do Conselho se reunir aos sábados sem submeter aos demais. E questiona os
743 conselheiros se é prejuízo se reunirem na sexta-feira a tarde. O conselheiro EDER solicita à presidente
744 RITA que registre seu pedido de vistas com relação a dotação orçamentária. Quer saber, antes da
745 votação, se a origem da discussão é não haver mais dotação orçamentária para custear o trabalho e diz
746 querer ver as planilhas. A presidente RITA concede vistas e dá o prazo de uma semana ao conselheiro
747 EDER para análise. A seguir pede autorização para marcar uma reunião extraordinária para apreciação
748 dos balancetes e para alteração da data, ressalta que os balancetes precisam ser apreciados até o dia
749 vinte do mês subsequente e não estão sendo. Diz que não poderemos fazer repasses fundo a fundo
750 CAU/BR por conta disso, que seremos advertidos sem justificativa. Que após o recebimento temos 30
751 dias e acabamos não fazendo. Após solicita e submete à aprovação para a realização de reunião plenária
752 extraordinária dia 9 de agosto, sexta-feira. Dá o prazo de 15 dias ao conselheiro EDER para que aprecie e
753 encaminhe o relato do processo que pediu vistas por e-mail a todos os conselheiros até o dia 2. Propõe
754 ainda reunir dia 9 para apreciação dos balancetes que foram distribuídos e solicita aos conselheiros
755 EDER, SERGIO, ANA RITA, que estão com os balancete, que no dia 2 encaminhem os pareceres por e-
756 mail para que no dia 9 possam discutir e votar. O conselheiro SÉRGIO diz não terem responsabilidade
757 sobre o atraso dos balancetes, e que esses foram entregues aos conselheiros. Diz ainda que na reunião
758 de Atos, solicitou o balancete de janeiro e foi encaminhado o de maio. A presidente RITA adverte sobre a
759 existência de um e-mail datado de 30 de abril, disponível no siscont.net a todos os conselheiros e que
760 cada um recebeu uma senha, com os seguintes dizeres: “Boa tarde senhores conselheiros, informo que
761 encontra-se disponível no sistema siscon.net a prestação de contas dos meses de janeiro, fevereiro e
762 março de 2013 para apreciação”. Saliencia aos conselheiros que os balancetes podem ser consultados a
763 qualquer momento e da forma que quiserem. Pede autorização dos conselheiros para que a Assessora
764 Contábil Sílvia dê 10 (dez) minutos de orientação de como entrar nos sistema. Diz ainda ter convidado
765 toda a CAF para uma reunião na sexta-feira a tarde no qual a Lucimar e a Sílvia dariam esclarecimentos
766 sobre o sistema, que os conselheiros não têm obrigação de saber como entrar no sistema, porém têm a
767 obrigação de aprender e de cumprir os procedimentos que são colocados dentro de um prazo exequível.
768 Diz não haver necessidade de montar processo, todos os balancete estão no sistema. Esse foi o
769 procedimento adotado pelo conselheiro SÉRGIO ontem ou anteontem, o que ele receberá as informações
770 de forma mais adequada e menos custosa para o CAU. Diz ainda que verificará e encaminhará de forma
771 ágil, ao mesmo tempo em que atende ao direito do conselheiro de consultar a documentação pois isso
772 não lhe pode ser negado. Cita ainda haver dois temas igualmente importante para analisar porém não há
773 tempo, além do regimento interno que já foi relegado. Reforça que os balancetes trarão inadimplência
774 com o CAU/BR. Diz ter assumido a vice-presidência na última reunião plenária, que começou a auxiliar o
775 presidente nas questões administrativas. Fala da responsabilidade em colocar os processos em dia e que
776 isso deve ser feito em todas as comissões, está colocando como prioridade a da CAF. Propõe manter
777 para dia 2 a reunião da CAF, com a apresentação dos pareceres e dia 9 uma reunião extraordinária para
778 tratar dos balancetes e para decidir a questão do prazo. Ressalta ainda terem quorum para votar a
779 alteração de data se os conselheiros preferirem. A seguir a presidente RITA encaminha para regime de
780 votação. Dia 2 reunião da CAF, mantida a data na qual os conselheiros apresentarão os seus pareceres e
781 o conselheiro EDER trará o parecer sobre a questão que solicitou hoje, que terá acesso à documentação
782 por meio do site ou ainda com o auxílio da Sílvia. Porém o conselheiro EDER solicita que seja gerado um
783 relatório, assim, a presidente RITA solicita a Assessora Sílvia que gere um relatório explicitando a questão
784 das horas extras, o porquê de não ter recursos para horas extras. Após consulta à plenária para as
785 reuniões do dia 2 e dia 9. O que fica resolvido dia 1º uma reunião extraordinária da CAF e no dia 9 uma
786 plenária. Coloca em regime de votação, determinando que os que concordam com essas duas reuniões
787 agendadas se mantenham como estão. A votação foi unânime, dia 1º de agosto haverá uma reunião da
788 CAF, em horário de expediente, no dia 2 está mantida a reunião da Comissão de Ensino, Formação e
789 Exercício Profissional e dia 9, à tarde, uma plenária de 2 as 6 horas. Quanto ao Regimento Interno fica
790 para discussão na próxima reunião ordinária. PALAVRA LIVRE: A presidente RITA informa que a CAF

791 encaminhou uma proposta de organização que seria interessante passar rapidamente. Após, disponibiliza
792 a palavra para a Assessora Contábil Sílvia exponha o funcionamento do Sistema Siscon.net. Nada mais
793 havendo a relatar, o **PRESIDENTE** declara encerrada a reunião, às 12h20m, lavrando-se a presente ata
794 que vai assinada por mim, **Jandira Maria Pedrollo**, Assessora Técnica do CAU/MT e pela Presidente em
795 exercício, **Rita de Cássia Oliveira Chiletto**, depois de aprovada pelo Conselho. x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
796 .x

797
798
799
800
801
802
803
804

Rita de Cássia Oliveira Chiletto
Presidente em exercício